

# O significado do acordo

O ACORDO QUE está em vias de ser assinado entre o Brasil e os bancos credores tem uma dimensão mais ampla daquela que alguns parlamentares e economistas pretendem dar, ao, ansiosamente, procurarem pontos falhos e desabonadores nas entrelinhas do longo texto de 170 páginas resultante de meses e meses de negociações em Nova Iorque

É ILUSÃO pensar-se que, depois de quase dois anos sem diálogo com a comunidade financeira internacional e mais uma moratória, o País iria conseguir, através de uma penada, garantir todos os financiamentos de que necessita e obter condições de pagamento da dívida que não são oferecidas nem aos melhores clientes dos bancos.

NOS ÚLTIMOS meses, os negociadores brasileiros esforçaram-se para convencer os credores de que o Brasil não poderia, de forma alguma, assumir compromissos que não tivesse condições de cumprir. Com este tipo de disposição, o País conseguiu obter todos os benefícios já concedidos a outros devedores — e mais alguns outros, como prêmio pelo esforço feito para ajuste das contas externas brasileiras em tão curto espaço de tempo.

CHEGOU-SE dessa forma a um entendimento capaz de conciliar os interesses das duas partes. O Brasil conseguiu que a maior parte dos juros devidos durante o período mais difícil da moratória (fevereiro a setembro de 1987) venha a ser refinanciada e baixou o spread (taxa de risco cobrada pelos bancos) dos

emprestimos para níveis que não eram registrados desde meados da década de 70. E mais: entre 90 e 95% da dívida que vencerá até 1995 serão automaticamente rolados, com um prazo de pagamento dilatado para 20 anos.

A LÉM DISSO, para reemprestar internamente os recursos hoje depositados no Banco Central, os bancos estrangeiros se submeterão a limites mensais a serem determinados pelas autoridades. Assim, será possível evitar pressões sobre os meios de pagamento.

A O CONTRÁRIO do que su-põem alguns críticos, não foi fácil conquistar-se estas condições. A animosidade de algumas instituições financeiras — especialmente as que não têm contato direto com a realidade brasileira — para com o Brasil é tamanha que certos bancos ofereceram elevados deságios para se desfazerem de títulos da dívida brasileira, preferindo contabilizar prejuízos do que acreditar que o País irá cumprir seus compromissos. Em determinados momentos na negociação, o Brasil precisou também da ajuda de autoridades de vários países para que os credores concordassem em abrir mão de suas exigências.

A DISPOSIÇÃO brasileira de cumprir seus compromissos já vem rendendo frutos para o País. O comando do Fundo Monetário Internacional vem mostrando uma boa vontade incomum no trato das questões brasileiras, ao ponto de o próprio Diretor-Gerente, Michel Camdes-

sus, solicitar aos credores oficiais uma antecipação da reunião do Clube de Paris. Antes mesmo de se realizar esse encontro, marcado para o dia 28, o Eximbank (banco de exportação e importação do Governo americano) já comunicou ao Brasil que está pronto a receber projetos brasileiros.

ESSAS OPERAÇÕES, importan-  
tissimas para que o País re-  
tome investimentos em infra-es-  
trutura e, com isso, viabilize as  
aplicações do setor privado, são  
conseqüência da normalização  
das relações do Brasil com a com-  
unidade econômico-financeira  
international. É bem provável  
que, a partir de agora, o Brasil  
passe a importar bens e serviços  
em condições e preços bem mais  
favoráveis.

ESTAMOS ainda na fase de re-  
conquista da confiança do  
mercado internacional. Exigir a  
entrada compulsória de recursos — ignorando que, se os bancos  
privados estivessem dispostos a  
emprestá-los, não haveria neces-  
sidade de se passar vários me-  
ses em volta de uma mesa de  
negociação — da maneira como  
alguns insistem, é pretensão de  
quem desconhece o mundo dos  
negócios ou não consegue en-  
xergar o abismo para o qual a  
economia estava se dirigindo,  
caso continuasse na estratégia  
de se isolar da comunidade eco-  
nômico-financeira mundial.

A DÍVIDA externa, é bom lem-  
brar, representa problema  
muito sério para continuar a ser  
usado como instrumento de jo-  
gadas políticas internas.